

de Ciência Política do curso de licenciatura em Ciências Policiais e do curso de Formação de Subcomissários, com o horário semanal de quatro horas efectivas, de acordo com o despacho n.º 317/81, de 23 de Novembro, rectificado conforme publicação no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 60, de 13 de Março de 1982, a que corresponde 30% (€ 577,09) do vencimento da mesma categoria em regime de tempo integral previsto no escalão 1, índice 195, conforme o estipulado no n.º 3 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 408/89, de 18 de Novembro (estatuto remuneratório do pessoal docente universitário e superior político bem como para o pessoal da carreira de investigação científica), alterado pelo Decreto-Lei n.º 373/99, de 18 de Setembro.

14 de Julho de 2005. — O Director, *Alfredo Jorge Gonçalves Farinha Ferreira*.

### Governo Civil do Distrito de Santarém

#### Aviso n.º 7162/2005 (2.ª série):

Teresa Maria Veiga Duarte Pereira da Silva, assistente administrativa do quadro de pessoal privativo do Governo Civil do Distrito de Santarém, com dotação global — nomeada, por meu despacho de 20 de Julho de 2005, após confirmação de declaração de cabimento orçamental da Direcção-Geral do Orçamento, 4.ª Delegação, nos termos do n.º 3 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 97/2002, de 18 de Maio, assistente administrativa principal, precendendo concurso interno de acesso limitado, ficando posicionada no índice 244, escalão 3. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

21 de Julho de 2005. — O Governador Civil, *Paulo Fonseca*.

### Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

**Aviso n.º 7163/2005 (2.ª série).** — Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 12 de Julho de 2005:

Rosa Maria Mendes Tavares, natural de Bolama, República da Guiné-Bissau, de nacionalidade guineense, nascida em 29 de Março de 1955 — concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

15 de Julho de 2005. — Pelo Director-Geral, a Chefe do Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

**Aviso n.º 7164/2005 (2.ª série).** — Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 12 de Julho de 2005:

Maria Alexandra Viliotis, natural de Lourenço Marques, República de Moçambique, de nacionalidade desconhecida, nascida em 6 de Julho de 1967 — concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

15 de Julho de 2005. — Pelo Director-Geral, a Chefe do Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

**Despacho n.º 17 155/2005 (2.ª série).** — *Lista n.º 25/05.* — Por despacho do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 12 de Julho de 2005, foi concedido o estatuto de igualdade de direitos e deveres previsto no Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre a República Portuguesa e a República Federativa do Brasil, e nos termos do artigo 15.º da Resolução da Assembleia da República n.º 83/2000, de 14 de Dezembro, conjugado com o n.º 1 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 154/2003, de 15 de Julho, aos seguintes cidadãos brasileiros:

	Data de nascimento
Elilson Teixeira Sales	8-4-79
Eliane Alves Frexeira Sales	28-10-70
Marcos José de Matos	18-11-64
Adriana Alves Felizardo Carvalho	26-6-70
Paulo Batista da Silva	13-1-70
Gizélia Dias Vieira Lima	8-9-61
Suzana Bezerra de Freitas Henriques Salgueiro	22-12-74
Edna Cristina de Oliveira Arouche	22-3-71

Arnaldo de Toledo	29-9-55
Marcio Ivanildo da Silva	25-3-81
Blandina Maria Goês Hasselmann	18-7-66
Leila Borges das Neves	19-11-69
Cleber Reis	13-9-76
Manoel Lourenço da Silva Filho	2-2-78

19 de Julho de 2005. — Pelo Director-Geral, a Chefe do Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

**Despacho n.º 17 156/2005 (2.ª série).** — *Lista n.º 28/05.* — Por despacho do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 12 de Julho de 2005, foi concedido o estatuto de igualdade de direitos e deveres previsto no Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre a República Portuguesa e a República Federativa do Brasil, nos termos do artigo 15.º da Resolução da Assembleia da República n.º 83/2000, de 14 de Dezembro, conjugado com o n.º 1 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 154/2003, de 15 de Julho, aos seguintes cidadãos brasileiros:

	Data de nascimento
Olga da Silveira Aarão	23-8-44
Michel Aarão	18-12-39

19 de Julho de 2005. — Pelo Director-Geral, a Chefe do Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

**Despacho (extracto) n.º 17 157/2005 (2.ª série).** — Por despacho de 14 de Julho de 2005 do presidente do conselho directivo do Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra:

Álvaro Jorge Andrade Gonçalves, assistente administrativo principal do quadro de pessoal do Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra — autorizada a prorrogação da requisição neste serviço por mais um ano, com efeitos a partir de 1 de Setembro de 2005. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

27 de Julho de 2005. — A Directora Central de Gestão e Administração, *Mariália Baptista Mendes*.

**Rectificação n.º 1332/2005.** — Por ter sido publicado com inexactidão o aviso n.º 6005/2005 (*Diário da República*, 2.ª série, n.º 114, de 16 de Junho de 2005), relativo à concessão da nacionalidade portuguesa, por naturalização, rectifica-se que onde se lê «6 de Janeiro de 1961» deve ler-se «6 de Janeiro de 1965».

19 de Julho de 2005. — Pelo Director-Geral, a Chefe do Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

## MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

### Departamento Geral de Administração

**Aviso n.º 7165/2005 (2.ª série).** — Para efeitos do artigo 3.º da Lei n.º 4/82, de 15 de Abril, torna-se público que na cobrança de emolumentos consulares a efectuar a partir de 1 de Agosto de 2005 serão adoptadas as taxas de câmbio seguintes:

Divisas	Taxas de conversão — Por € 1
Rand sul-africano	8,301 5
Novo kwanza (Angola)	110,972 8
Florim (Antilhas Holandesas)	2,207 2
Rial saudita	4,624 5
Dinar argelino	92,764 3
Peso argentino	3,501
Dólar australiano	1,634 2
Kuna croata	7,604 7
Dinar do Bahrein	0,464 9
Dólar dos Estados Unidos da América	1,235 6
Dólar das Bermudas	1,233 1
Real (Brasil)	2,927
Lev (Bulgária)	1,955 8
Escudo (Cabo Verde)	110,043
Dólar canadiano	1,556 2

Divisas	Taxas de conversão — Por € 1
Peso chileno .....	719,576
Renmimbi yuan (China) .....	10,226 2
Libra cipriota .....	0,577 85
Peso colombiano .....	2 882,12
Won da Coreia do Sul .....	1 319,123
Franco CFA (Burkina Faso, Costa do Marfim, Guiné-Bissau e Senegal) .....	655,957
Peso cubano .....	1,116 2
Coroa dinamarquesa .....	7,427 7
Libra egípcia .....	7,145 8
Coroa da Eslováquia .....	38,130 1
Colon de El Salvador .....	1,235 6
Sucre (Equador) .....	1,235 6
Franco suíço .....	1,581 2
Birr da Etiópia .....	11,068
Libra esterlina (Reino Unido) .....	0,691
Rupia das Maurícias .....	35,308 6
Quetzal (Guatemala) .....	1,235 6
Dólar da Guiana Inglesa .....	220,725
Rupia da Indonésia .....	11 998,7
Dólar da Namíbia .....	8,284 9
Lempira (Honduras) .....	1,235 6
Dólar de Hong-Kong .....	9,611 8
Forint (Hungria) .....	249,748 5
Rupia indiana .....	52,618 3
Real iraniano .....	11 051,04
Dinar iraquiano .....	1 806,49
Peso Filipinas .....	67,363 5
Coroa islandesa .....	78,797 3
Shekel (Israel) .....	5,440 4
Cólon da Costa Rica .....	585,538
Iene (Japão) .....	133,246
Dinar jordano .....	0,873 59
Dinar sérvio .....	82,326
Xelim (Quénia) .....	96,776 3
Dólar liberiano .....	80,151 5
Pataca (Macau) .....	9,519
Kuacha do Malawi .....	143,918 4
Dirham marroquino .....	11,043 5
Peso novo mexicano .....	13,457 4
Metical (Moçambique) .....	29 952
Nova Córdoba da Nicarágua .....	1,235 6
Naira (Nigéria) .....	160,611 3
Coroa norueguesa .....	8,310 1
Dólar neozelandez .....	1,770 4
Rial de Oman .....	0,474 75
Balboa (Panamá) .....	1,233 1
Rupia paquistanesa .....	72,617 3
Guarani (Paraguai) .....	7 700,71
Novo Sol (Peru) .....	4,013 1
Zloty (Polónia) .....	4,092 7
Franco CFA da República Centro-Africana .....	655,957
Coroa checa .....	31,640 2
Leu (Roménia) .....	37 594
Dobra (São Tomé e Príncipe) .....	12 122,06
Dólar de Singapura .....	2,059 3
Libra da Síria .....	57,030 9
Lilangeni (Suazilândia) .....	8,284 9
Coroa sueca .....	9,297 10
Baht (Tailândia) .....	51,391 9
Dólar de Trinidad e Tobago .....	7,703 4
Dinar tunisino .....	1,635 2
Lira turca .....	1,678 15
Novo peso uruguaio .....	29,810 2
Hryvna (Ucrânia) .....	6,061 1
Rublo russo .....	35,641 3
Bolívar (Venezuela) .....	2 596,52
Zaire (República Democrática do Congo) .....	506,655
Kuacha zambiano .....	5 640,92
Dólar do Zimbábwe .....	11 970,04

15 de Julho de 2005. — O Director, *Renato P. Marques*.

## Direcção-Geral dos Assuntos Comunitários

**Despacho n.º 17 158/2005 (2.ª série).** — 1 — Por aviso publicado na bolsa de emprego público e no jornal *Diário de Notícias* de 22 de Junho de 2005, foi divulgado o procedimento de selecção com vista ao provimento do cargo de director de serviços da Direcção de Serviços das Instituições Comunitárias da Direcção-Geral dos Assuntos Comunitários.

2 — Analisadas as candidaturas apresentadas, a escolha recaiu sobre o candidato António Manuel Torres Domingues Leão Rocha, que reúne os requisitos necessários, bem como o perfil adequado para o exercício das funções pretendidas, possuindo reconhecida aptidão e experiência profissional para o cargo a prover.

3 — Assim, considerando que os titulares de direcção intermédia são providos por despacho do dirigente máximo do serviço, ao abrigo das disposições conjugadas do artigo 20.º e do n.º 3 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, nomeio, em comissão de serviço, por um período de três anos, renovável por iguais períodos, o licenciado António Manuel Torres Domingues Leão Rocha director de serviços da Direcção de Serviços das Instituições Comunitárias da Direcção-Geral dos Assuntos Comunitários.

18 de Julho de 2005. — O Director-Geral, *Nuno Brito*.

## MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

### Gabinete do Ministro

**Despacho n.º 17 159/2005 (2.ª série).** — A permissão genérica de condução de viaturas oficiais a funcionários ou agentes que não sejam motoristas ou a quem não estejam distribuídas está, nos termos do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 50/78, de 28 de Março, e do n.º 3 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 490/99, de 17 de Novembro, sujeita a despacho do Ministro das Finanças.

A falta de pessoal qualificado para a função de condução de viaturas do Estado, a necessidade de racionalização de meios disponíveis e a natureza das atribuições de alguns serviços são razões que justificam a concessão de autorização genérica de condução de viaturas oficiais.

A autorização agora concedida é exclusivamente para satisfação das necessidades de transporte em serviço, não abrangendo, de acordo com a legislação aplicável, a utilização de uso pessoal dos referidos veículos.

Assim, nos termos do n.º 3 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 490/99, de 17 de Novembro, determina-se o seguinte:

1 — É conferida permissão genérica de condução de viaturas oficiais afectas ao Gabinete do Secretário de Estado da Administração Pública ao chefe do Gabinete, Dr. Fernando Manuel Cardoso Vaz de Medeiros.

2 — A permissão genérica conferida pelo número anterior rege-se pelo disposto nos Decretos-Leis n.ºs 50/78, de 28 de Março, e 490/99, de 17 de Novembro, e caduca com o termo das funções em que se encontra actualmente investido.

30 de Junho de 2005. — O Ministro de Estado e das Finanças, *Luís Manuel Moreira de Campos e Cunha*.

### Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e do Orçamento

**Louvor n.º 1305/2005.** — No momento em que cesso funções como Secretário de Estado Adjunto e do Orçamento do XVII Governo Constitucional, entendo dever expressar justa homenagem à chefe do meu Gabinete, mestre Ana Maria Saudade e Silva Lopes Ortigão Sampaio.

A sua dedicação e lealdade, associadas a um elevado sentido de responsabilidade, foram as características nucleares que sempre evidenciou na gestão do Gabinete e que justificam o meu reconhecimento público.

21 de Julho de 2005. — O Secretário de Estado Adjunto e do Orçamento, *Manuel Pedro da Cruz Baganha*.

**Louvor n.º 1306/2005.** — No momento em que cesso funções como Secretário de Estado Adjunto e do Orçamento do XVII Governo Constitucional, cumpre-me expressar o meu profundo reconhecimento à secretária pessoal do meu Gabinete Maria Elvira Afonso pela dedicação e empenho que manifestou no exercício das suas funções.

21 de Julho de 2005. — O Secretário de Estado Adjunto e do Orçamento, *Manuel Pedro da Cruz Baganha*.